



**Defesa ao processo de suspensão do direito de dirigir da
Carteira Nacional de Habilitação**
(Conforme Resolução Contran nº 182 de 2005)

Instância:

DETRAN

Qualificação do notificado:

Nome: GUSTAVO DE JESUS

CPF: 48936385801

Nº de registro: 06930394118

Telefone: (11) 96728092

Celular: (11) 967280923

Apresento:

- Defesa do processo de suspensão do direito de dirigir

Processo	Número da	Data da notificação
161482	140801845124	14/08/2024

Justificativa:

Ilustríssimo(a) Senhor(a) Diretor(a) do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) São Paulo
Em relação à infração de trânsito nº 5B9122927, ocorrida há 4 anos, venho justificar a impossibilidade de manter a penalidade imposta, devido a falhas na comunicação e ao longo tempo transcorrido sem notificação adequada.

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) estabelece que a notificação de infrações deve ser feita dentro de um prazo razoável, para garantir ao condutor a oportunidade de exercer plenamente seu direito à defesa. No entanto, fui surpreendido ao receber a notificação apenas agora, quatro anos após o ocorrido. Este atraso significativo compromete minha capacidade de lembrar com clareza as circunstâncias da infração, bem como de reunir eventuais provas ou testemunhos que possam contestar a autuação.

A demora excessiva na comunicação da penalidade gera um impacto direto sobre a minha defesa, visto que, com o passar dos anos, perco a possibilidade de me recordar de detalhes importantes, como o estado do veículo, o contexto exato da abordagem ou a situação do trânsito na ocasião. Além disso, documentos que poderiam corroborar a defesa, como recibos de manutenção ou registros de viagem, já não estão mais disponíveis, dificultando ainda mais a elaboração de uma defesa justa e precisa.

Ademais, é importante destacar que a notificação tardia também fere o princípio da eficiência que rege a administração pública, uma vez que a falta de celeridade neste processo compromete o cumprimento dos prazos estabelecidos pela legislação. O atraso na comunicação impede o adequado exercício do contraditório e da ampla defesa, comprometendo o devido processo legal.

Diante disso, solicito que a penalidade seja revista e, com base nas irregularidades expostas, a infração seja anulada.

Termos em que peço deferimento,



**Defesa ao processo de suspensão do direito de dirigir da
Carteira Nacional de Habilitação**

(Conforme Resolução Contran nº 182 de 2005)

GUSTAVO DE JESUS

São Paulo, 12 de Outubro de 2024



Detran.SP



Detran.SP